

Cristina Gonçalves
Dolores Santos

José Rodrigo
Sant'Ana Fernandes

Contabilidade Financeira

Explicada

MANUAL PRÁTICO

2ª EDIÇÃO

**Integra as recentes
alterações do SNC (2016)**

- > Enquadramento contabilístico das entidades
- > Conceitos de património e suas alterações
- > Conceito de conta e regras de movimentação
- > Contabilização das principais operações no contexto das atividades operacionais, investimento e financiamento
- > Enquadramento das operações nas NCRF
- > Mais de 140 quadros
- > Mais de 220 figuras e esquemas
- > Mais de 160 exemplos
- > Mais de 330 casos resolvidos

VidaEconómica

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 – Atividade empresarial

1.1 Introdução	46
1.2 Critérios de classificação das entidades	46
1.2.1 Propriedade	46
1.2.2 Outros critérios de classificação	52
1.3 Contabilidade – previsão e controlo	58
1.3.1 Sistema de informação contabilística.....	59
1.3.2 Documentos de suporte	72

CAPÍTULO 2 – O património

2.1 Introdução	82
2.2 Conceito contabilístico de ativo e passivo.....	84
2.2.1 Ativo	84
2.2.2 Passivo	87
2.3 Mensuração de ativos e passivos	90
2.4 Património líquido ou Capital próprio	98
2.4.1 Equação fundamental da contabilidade	101
2.5 Elementos patrimoniais (inventário)	102
2.5.1 Reconhecimento	104
2.5.2 Mensuração à data do inventário.....	119
2.5.3 Apresentação	122

CAPÍTULO 3 – Modificações do património

3.1 Introdução	126
3.2 Operações com impacto qualitativo ou permutativo	126

3.3 Operações com impacto quantitativo ou modificativo	131
3.3.1 Conceito de rendimento e gasto.....	131
3.3.2 Variações patrimoniais e código de contas	136
3.4 Técnica contabilística	141
3.4.1 Conceito de conta	141
3.4.2 Método digráfico ou partidas dobradas	147
3.4.3 Escrituração.....	162
3.5 Processo contabilístico (reconhecimento, mensuração e apresentação)	167

CAPÍTULO 4 – Normalização contabilística

4.1 Introdução	170
4.2 Referenciais contabilísticos na União Europeia	172
4.3 Normalização contabilística nacional.....	174
4.3.1 O referencial IASB/UE.....	174
4.3.2 Entidades normalizadoras	175
4.3.3 Regime supletivo	189
4.4 Preparação e apresentação das demonstrações financeiras	192
4.4.1 Demonstrações financeiras.....	192
4.4.2 Pressupostos	208
4.4.3 Características qualitativas das demonstrações financeiras.....	213
4.4.4 Políticas contabilísticas.....	219
4. 5 Normas contabilísticas e de relato financeiro.....	219

CAPÍTULO 5 – Operações empresariais

5.1 Metodologia de análise	224
5.2 Enquadramento.....	224
5.3 Ciclos de atividades	225
5.3.1 Ciclo de atividades operacionais.....	227
A. Meios monetários	229
B. Vendas/prestações de serviços e clientes	251
C. Compras/aquisição de serviços e fornecedores.....	292

D. Devoluções	323
E. Descontos obtidos e concedidos.....	332
F. Adiantamentos recebidos e efetuados (operacionais)	352
G. Operações tituladas.....	363
H. Inventários.....	375
I. Provisões	460
J. Operações com pessoal	474
K. Contratos de construção	507
L. Agricultura.....	530
5.3.2 Ciclo de atividades de investimento	543
A. Ativos fixos tangíveis.....	544
B. Ativos intangíveis.....	640
C. Propriedades de investimento.....	682
D. Investimentos financeiros.....	709
E. Ativos não correntes detidos para venda.....	779
5.3.3 Atividades de financiamento	798
A. Capital próprio	801
B. Capital alheio	847

CAPÍTULO 6 – Operações periódicas de apuramento

A. Apuramento do IVA.....	877
B. Apuramento de resultados.....	890
C. Apuramento do IRC.....	899
D. Os documentos de prestação de contas.....	907

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1.1 – Estado.....	49
Quadro n.º 1.2 – Critérios de classificação de dimensão das entidades.....	56
Quadro n.º 1.3 – Diferenças nas orientações entre entidades privadas e administração pública.....	66
Quadro n.º 1.4 – Utilizadores da informação da contabilidade pública	67
Quadro n.º 1.5 – Instrumentos do SNC.....	70
Quadro n.º 1.6 – Utilizadores da contabilidade empresarial	71
Quadro n.º 2.1 – Motivações para elaboração de inventário	103
Quadro n.º 2.2 – Documentos de suporte de inventário	105
Quadro n.º 2.3 – Classes de contas	112
Quadro n.º 2.4 – Notas de enquadramento	112
Quadro n.º 2.5 – Contas e exemplos	114
Quadro n.º 3.1 – Factos sem impacto no capital próprio.....	126
Quadro n.º 3.2 – Factos com impacto no capital próprio	131
Quadro n.º 3.3 – Classe 5.....	136
Quadro n.º 3.4 – Desagregação da classe 5.....	137
Quadro n.º 3.5 – Classes de resultados.....	139
Quadro n.º 3.6 – Desagregação das classes 6, 7 e 8.....	140
Quadro n.º 3.7 – Exemplos de factos modificativos	141
Quadro n.º 3.8 – Movimentação de contas do ativo e passivo.....	154
Quadro n.º 3.9 – Movimentação de contas de capital próprio	157
Quadro n.º 3.10 – Movimentação de contas de rendimentos e gastos	159
Quadro n.º 4.1 – Conceitos associados ao processo contabilístico	170

Quadro n.º 4.2 – Âmbito de aplicação dos referenciais contabilísticos da União Europeia.....	173
Quadro n.º 4.3 – Âmbito de aplicação nacional do referencial IASB/UE.....	174
Quadro n.º 4.4 – Organismos de normalização contabilística.....	176
Quadro n.º 4.5 – Comissão de normalização contabilística.....	176
Quadro n.º 4.6 – Enquadramento contabilístico das entidades	177
Quadro n.º 4.7 – Instrumentos contabilísticos	179
Quadro n.º 4.8 – Condições de opção pelos regimes simplificados	180
Quadro n.º 4.9 – Normas contabilísticas	190
Quadro n.º 4.10 – Demonstrações financeiras <i>versus</i> referenciais contabilísticos.....	192
Quadro n.º 4.11 – Balanço (formatos)	195
Quadro n.º 4.12 – Demonstração dos resultados por naturezas (formatos).....	201
Quadro n.º 4.13 – Anexo	208
Quadro n.º 4.14 – Objetivos das NCRF.....	222
Quadro n.º 5.1 – Conta 11 Caixa.....	231
Quadro n.º 5.2 – Contas de depósitos bancários	245
Quadro n.º 5.3 – Conta 21 Clientes.....	257
Quadro n.º 5.4 – Conta 21.1 Clientes c/c.....	258
Quadro n.º 5.5 – Conta 71 Vendas	259
Quadro n.º 5.6 – Conta 24.3 – Imposto sobre o valor acrescentado.....	266
Quadro n.º 5.7 – Conta 24.3.3 – IVA liquidado – proposta de divisão	266
Quadro n.º 5.8 – Conta 65 – Perdas por imparidade	276
Quadro n.º 5.9 – Conta 76.2 – Reversões de perdas por imparidade.....	277
Quadro n.º 5.10 – Rédito nas prestações de serviços	282
Quadro n.º 5.11 – Conta 72 – Prestação de serviços.....	283
Quadro n.º 5.12 – Conta 27.2 – Devedores e credores por acréscimos.....	287
Quadro n.º 5.13 – Conta 28 – Diferimentos.....	290
Quadro n.º 5.14 – Conta 22 – Fornecedores.....	295
Quadro n.º 5.15 – Conta 22.1 – Fornecedores c/c.....	296
Quadro n.º 5.16 – Conta 31 – Compras	301
Quadro n.º 5.17 – Conta 24.3.2 – IVA dedutível – proposta de divisão	302

Quadro n.º 5.18 – Conta 62 – Fornecimentos e serviços externos	311
Quadro n.º 5.19 – Conta 24.2 – Retenções de impostos sobre rendimentos	321
Quadro n.º 5.20 – Conta 24.3.4 – Regularizações de IVA	326
Quadro n.º 5.21 – Devolução de compras (vendas)	328
Quadro n.º 5.22 – Contabilização dos descontos comerciais e financeiros (obtidos e concedidos)	351
Quadro n.º 5.23 – Síntese dos adiantamentos com e sem preço fixado	362
Quadro n.º 5.24 – Operações com títulos	364
Quadro n.º 5.25 – Conta 21.2 Clientes – títulos a receber	366
Quadro n.º 5.26 – Conta 22.2 Fornecedores – títulos a pagar	371
Quadro n.º 5.27 – Síntese das operações tituladas	374
Quadro n.º 5.28 – Conta 32 – Mercadorias	382
Quadro n.º 5.29 – Conta 61 – Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	390
Quadro n.º 5.30 – Conta 38 – Reclassificação e regularização de inventários e ativos biológicos	411
Quadro n.º 5.31 – Contas de rendimentos e gastos em inventários	412
Quadro n.º 5.32 – Contas 33 a 36	431
Quadro n.º 5.33 – Contas da classe 9	442
Quadro n.º 5.34 – Subcontas da classe 9	442
Quadro n.º 5.35 - Conta 73 – Variação nos inventários da produção	448
Quadro n.º 5.36 – Contas de imparidade em inventários	456
Quadro n.º 5.37 – Conta 29 e subcontas	467
Quadro n.º 5.38 – Contas provisões e reversões	467
Quadro n.º 5.39 – Categorias de benefícios dos empregados	476
Quadro n.º 5.40 – Conta 23 – Pessoal	483
Quadro n.º 5.41 – Contas 24 associadas a gastos com pessoal	483
Quadro n.º 5.42 – Subcontas 27 associadas a gastos com pessoal	484
Quadro n.º 5.43 – Conta 63 – Gastos com pessoal	484
Quadro n.º 5.44 – Desdobramento da conta gastos com pessoal	485
Quadro n.º 5.45 – Planos de pensões	501

Quadro n.º 5.46 – Custos do contrato	511
Quadro n.º 5.47 – Condições para uma estimativa fiável	514
Quadro n.º 5.48 – Pressuposto do acréscimo (contas)	521
Quadro n.º 5.49 – Conceitos constantes da NCRF 17	533
Quadro n.º 5.50 – NCRF 17 <i>versus</i> NCRF 18.....	535
Quadro n.º 5.51 – Contas de justo valor em ativos biológicos	536
Quadro n.º 5.52 – Contas relativas a ativos biológicos.....	537
Quadro n.º 5.53 – Conta 43 – Ativos fixos tangíveis	547
Quadro n.º 5.54 – Conta 27.1 Fornecedores de investimentos.....	548
Quadro n.º 5.55 – Critérios de mensuração segundo a origem.....	549
Quadro n.º 5.56 – Custos iniciais	550
Quadro n.º 5.57 – Custos subsequentes	552
Quadro n.º 5.58 – Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	574
Quadro n.º 5.59 – Conta 45 – Investimentos em curso	591
Quadro n.º 5.60 – Conta 74 – Trabalhos para a própria entidade	593
Quadro n.º 5.61 – Contas de reconhecimento de depreciações e reversões.....	601
Quadro n.º 5.62 – Contas para reconhecimento das perdas por imparidade e reversões	618
Quadro n.º 5.63 – Conta 58 – Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis.....	627
Quadro n.º 5.64 – Ganhos e perdas no desreconhecimento de ativos fixos tangíveis...	633
Quadro n.º 5.65 – Ativos intangíveis – exemplos	642
Quadro n.º 5.66 – Conta 44 – Ativos intangíveis	644
Quadro n.º 5.67 – Custos de um ativo intangível.....	646
Quadro n.º 5.68 – Ativos intangíveis <i>versus</i> gastos	659
Quadro n.º 5.69 - Exemplos de atividades de pesquisa e de desenvolvimento	660
Quadro n.º 5.70 – Fatores relevantes para determinar a vida útil.....	663
Quadro n.º 5.71 – Desenvolvimento das contas relativas às amortizações	665
Quadro n.º 5.72 – Desenvolvimento das contas relativas às imparidades (intangíveis)	673
Quadro n.º 5.73 – Contas relativas a ganhos e perdas geradas por investimentos não financeiros	680

Quadro n.º 5.74 – Conta 42 – Propriedades de investimento	689
Quadro n.º 5.75 – Futuros e <i>forwards</i>	716
Quadro n.º 5.76 – Opções de compra e de venda	717
Quadro n.º 5.77 – Categorias de riscos e cobertura	721
Quadro n.º 5.78 – Tipos de cobertura	722
Quadro n.º 5.79 – Critérios de mensuração de acordo com a NCRF 13	728
Quadro n.º 5.80 – Requisitos para utilizar o justo valor ou custo amortizado	730
Quadro n.º 5.81 – Conta 14.1 – Derivados	734
Quadro n.º 5.82 – Conta 14.2 – Instrumentos financeiros detidos para negociação	742
Quadro n.º 5.83 – Conta 14.3 – Outros ativos e passivos financeiros	744
Quadro n.º 5.84 – Conta 41 Investimentos financeiros	747
Quadro n.º 5.85 – Conta 57.1 – Ajustamentos relacionados com o MEP	751
Quadro n.º 5.86 – Ganhos e perdas relacionados com o MEP	751
Quadro n.º 5.87 – Conta 41.4 – Investimentos noutras empresas	761
Quadro n.º 5.88 – Conta 41.5 – Outros investimentos financeiros	763
Quadro n.º 5.89 – Conta 41.3 – Investimentos em entidades conjuntamente controladas	768
Quadro n.º 5.90 – Justo valor <i>versus</i> valor de uso	775
Quadro n.º 5.91 – Conta 46 – Ativos não correntes detidos para venda	786
Quadro n.º 5.92 – Classe 5 Capital, reservas e resultados transitados	802
Quadro n.º 5.93 – Capital social mínimo	804
Quadro n.º 5.94 – Contas de subscrição e realização de capital	807
Quadro n.º 5.95 – Componentes do capital próprio	814
Quadro n.º 5.96 – Conta 55 Reservas	815
Quadro n.º 5.97 – Reservas legais exigidas por tipo de sociedade	816
Quadro n.º 5.98 – Prestações suplementares e acessórias	827
Quadro n.º 5.99 – Conta 52 Ações (quotas) próprias	830
Quadro n.º 5.100 – Contas associadas à aplicação de resultados	835
Quadro n.º 5.101 – Conta 25 – Financiamentos obtidos	849
Quadro n.º 5.102 – Gastos e perdas em financiamentos obtidos	849
Quadro n.º 5.103 – Prestações suplementares e suprimentos	856

Quadro n.º 5.104 – Riscos e benefícios de um contrato de locação	858
Quadro n.º 5.105 – Critérios de classificação de um contrato de locação.....	859
Quadro n.º 6.1 – Quadro-resumo de contas de IVA.....	879
Quadro n.º 6.2 – Operações de fim de período	893
Quadro n.º 6.3 – Conta 81 – Resultado líquido do período	893
Quadro n.º 6.4 – Conta 24.1 – Imposto sobre o rendimento	901

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1.1 – Empresas e mercado	50
Figura n.º 1.2 – Organizações sem fins lucrativos	52
Figura n.º 1.3 – Enquadramento jurídico	53
Figura n.º 1.4 – Fontes de informação	58
Figura n.º 1.5 – Classificação considerando as entidades e finalidades.....	59
Figura n.º 1.6 – Pilares da sustentabilidade	61
Figura n.º 1.7 – Subsistemas contabilísticos.....	61
Figura n.º 1.8 – Inter-relação entre subsistemas contabilísticos	65
Figura n.º 1.9 – Sistema integrado da contabilidade pública.....	68
Figura n.º 1.10 – Operações, documentos e registo	72
Figura n.º 1.11 – Documentos de suporte contabilístico (exemplos).....	72
Figura n.º 1.12 – Ciclo de venda e documentos.....	73
Figura n.º 1.13 – Despesa e receita.....	75
Figura n.º 1.14 – Recebimento e pagamento.....	75
Figura n.º 1.15 – Nota de crédito.....	76
Figura n.º 1.16 – Nota de débito.....	76
Figura n.º 1.17 – Letra	78
Figura n.º 1.18 – Livrança.....	78
Figura n.º 2.1 – Património pessoal e empresarial	82
Figura n.º 2.2 – Elementos patrimoniais.....	83
Figura n.º 2.3 – Bases de mensuração.....	91
Figura n.º 2.4 – Formatos de balanço	98
Figura n.º 2.5 – Capital próprio nulo e negativo	99
Figura n.º 2.6 – Pesos relativos do ativo e passivo	101

Figura n.º 2.7 – Método digráfico	102
Figura n.º 2.8 – Processo de inventariação.....	103
Figura n.º 2.9 – Fases do reconhecimento	104
Figura n.º 2.10 – Elementos patrimoniais (agrupados ou classificados)	109
Figura n.º 2.11 – Classificação de elementos de caixa	111
Figura n.º 2.12 – Apresentação	122
Figura n.º 3.1 – Representação esquemática da conta.....	141
Figura n.º 3.2 – Débito e crédito.....	142
Figura n.º 3.3 – Balanço (representação esquemática).....	143
Figura n.º 3.4 – Débito, crédito e balanço	143
Figura n.º 3.5 – Posição das partes numa transação	144
Figura n.º 3.6 – Movimento das contas de capital próprio	155
Figura n.º 3.7 – Relação entre balanço e a demonstração dos resultados	158
Figura n.º 3.8 – Diário em suporte eletrónico	162
Figura n.º 3.9 – Processo contabilístico	168
Figura n.º 4.1 – Etapas do processo contabilístico	170
Figura n.º 4.2 – <i>Output</i> dos documentos	171
Figura n.º 4.3 – Contas consolidadas <i>versus</i> contas individuais	173
Figura n.º 4.4 – Referenciais contabilísticos sob a tutela da CNC.....	177
Figura n.º 4.5 – Níveis de exigência contabilística impostos às entidades empresariais	180
Figura n.º 4.6 – Enquadramento contabilístico	182
Figura n.º 4.7 – Transição de referencial (NCRF → NCRF-PE).....	185
Figura n.º 4.8 – Transição de referencial (NCRF-PE → NCRF).....	185
Figura n.º 4.9 – Operacionalização dos limites PE	186
Figura n.º 4.10 – Transição de referencial (NC-ME → NCRF-PE ou NCRF).....	187
Figura n.º 4.11 – Transição de referencial (NCRF-PE/NCRF → NC-ME)	188
Figura n.º 4.12 – Operacionalização dos limites das Microentidades	188
Figura n.º 4.13 – Normas de aplicação supletiva	191
Figura n.º 4.14 – Informação económica e financeira.....	193
Figura n.º 4.15 – Características qualitativas das demonstrações financeiras.....	213
Figura n.º 4.16 – Reconhecimento.....	220

Figura n.º 5.1 – Metodologia	224
Figura n.º 5.2 – Atividades empresariais	226
Figura n.º 5.3 – Empresa, recursos e envolvente.....	226
Figura n.º 5.4 – Atividades operacionais.....	227
Figura n.º 5.5 – Recebimentos / pagamentos	230
Figura n.º 5.6 – Fundo fixo de caixa	242
Figura n.º 5.7 – Circuito das operações de venda	252
Figura n.º 5.8 – Troca de bens	260
Figura n.º 5.9 – Despesas com a venda / compra	270
Figura n.º 5.10 – Circuito da atividade de prestação de serviços	281
Figura n.º 5.11 – Reconhecimento do rédito	285
Figura n.º 5.12 – Acréscimo de rendimentos	287
Figura n.º 5.13 – Rendimentos diferidos.....	290
Figura n.º 5.14 – Circuito das operações de compra	293
Figura n.º 5.15 – Aquisições	293
Figura n.º 5.16 – Custo dos inventários.....	297
Figura n.º 5.17 – Bens de consumo armazenáveis.....	299
Figura n.º 5.18 – Consumíveis inventariáveis.....	318
Figura n.º 5.19 – Devoluções de compras (vendas)	324
Figura n.º 5.20 – Descontos e documentos.....	333
Figura n.º 5.21 – Tipologia dos descontos	334
Figura n.º 5.22 – Síntese dos descontos.....	351
Figura n.º 5.23 – Titulação de dívidas.....	364
Figura n.º 5.24 – Ciclo de vida dos inventários.....	376
Figura n.º 5.25 – Atividades e tipos de inventários.....	378
Figura n.º 5.26 – Classificação contabilística dos inventários	379
Figura n.º 5.27 – Fluxo dos inventários	380
Figura n.º 5.28 – Inventários finais	380
Figura n.º 5.29 – Saldo final de mercadorias	381
Figura n.º 5.30 – Sistema de inventário permanente.....	383
Figura n.º 5.31 – Sistema de inventário periódico	386

Figura n.º 5.32 – Decomposição do CMVMC.....	390
Figura n.º 5.33 – Custos de compra e de conversão.....	393
Figura n.º 5.34 – Mensuração das saídas e do inventário	396
Figura n.º 5.35 – Exemplo de mensuração das saídas – FIFO.....	401
Figura n.º 5.36 – Custo das mercadorias vendidas	407
Figura n.º 5.37 – Valor realizável líquido	420
Figura n.º 5.38 – Perda por imparidade	420
Figura n.º 5.39 – Quantia da perda por imparidade.....	421
Figura n.º 5.40 – Mensuração das saídas e do inventário	425
Figura n.º 5.41 – Mensuração e sistemas de inventários.....	427
Figura n.º 5.42 – Fluxos em inventários	427
Figura n.º 5.43 – Inventários de produção	429
Figura n.º 5.44 – Processo produtivo e inventários	431
Figura n.º 5.45 – Custo dos produtos acabados e vendidos	433
Figura n.º 5.46 – Custos diretos e indiretos	435
Figura n.º 5.47 – Âmbito da contabilidade de gestão.....	440
Figura n.º 5.48 – Contabilização em sistema monista.....	444
Figura n.º 5.49 – Contabilização em sistema dualista	446
Figura n.º 5.50 – Análise de perda por imparidade em mercadorias e produtos acabados.	456
Figura n.º 5.51 – Análise de perda por imparidade em materiais e outros consumíveis	456
Figura n.º 5.52 – Provisão (ciclo de vida).....	461
Figura n.º 5.53 – Probabilidade de uma ocorrência	464
Figura n.º 5.54 – Alteração de estimativa.....	467
Figura n.º 5.55 – Reconhecimento dos benefícios dos empregados	475
Figura n.º 5.56 – Vencimento ilíquido <i>versus</i> líquido	482
Figura n.º 5.57 – Compensação por cessação de trabalho (indenizações)	503
Figura n.º 5.58 – Contrato de construção (ciclo de vida).....	508
Figura n.º 5.59 – Conceito de contrato de construção.....	508
Figura n.º 5.60 – Tipologias de contrato.....	510
Figura n.º 5.61 – Processo de uma atividade agrícola.....	531
Figura n.º 5.62 – Atividade agrícola.....	534

Figura n.º 5.63 – Hierarquia do justo valor	536
Figura n.º 5.64 – Ativos biológicos mensurados ao justo valor	538
Figura n.º 5.65 – Ativos biológicos mensurados ao custo.....	538
Figura n.º 5.66 – Alienação de ativos biológicos	539
Figura n.º 5.67 – Mensuração dos produtos biológicos	539
Figura n.º 5.68 – Atividades de investimento	543
Figura n.º 5.69 – Ciclo de vida dos ativos fixos tangíveis	545
Figura n.º 5.70 - Modalidades de aquisição e mensuração.....	553
Figura n.º 5.71 – Modalidades de reconhecimento do juro	559
Figura n.º 5.72 – Período de capitalização dos juros.....	563
Figura n.º 5.73 – Troca de ativos	567
Figura n.º 5.74 – Ativos de valor imaterial.....	578
Figura n.º 5.75 – Reparação e manutenção	585
Figura n.º 5.76 – Sobresselentes e equipamentos de reserva	588
Figura n.º 5.77 – Componentes	590
Figura n.º 5.78 – Trabalhos para a própria entidade.....	592
Figura n.º 5.79 – Processo de reconhecimento dos trabalhos para a própria entidade .	593
Figura n.º 5.80 – Quantia depreciable.....	598
Figura n.º 5.81 – Depreciações de ativos fixos tangíveis	602
Figura n.º 5.82 – Perda por imparidade	613
Figura n.º 5.83 – Mensuração subsequente	623
Figura n.º 5.84 - Quantia escriturada ao custo	624
Figura n.º 5.85 – Quantia escriturada revalorizada.....	624
Figura n.º 5.86 – Decisão de revalorizar ou não	625
Figura n.º 5.87 – Ajustamentos à quantia escriturada.....	626
Figura n.º 5.88 – Ciclo de vida dos ativos intangíveis.....	641
Figura n.º 5.89 – Mensuração inicial – por compra	645
Figura n.º 5.90 – Franqueador e franqueado.....	649
Figura n.º 5.91 – Modalidades de aquisição de licenças de emissão de CO ₂	649
Figura n.º 5.92 – Obtenção e utilização de licenças de emissão de CO ₂	650
Figura n.º 5.93 – Quantificação do <i>goodwill</i>	655

Figura n.º 5.94 – Dispendios em investigação e desenvolvimento	661
Figura n.º 5.95 – Vida útil.....	663
Figura n.º 5.96 – Quantia amortizável.....	664
Figura n.º 5.97 – Mensuração subsequente dos ativos intangíveis	669
Figura n.º 5.98 – Modelo do custo	669
Figura n.º 5.99 – Modelo de revalorização	670
Figura n.º 5.100 – Ajustamentos de revalorização	671
Figura n.º 5.101 – Perdas e reversões de imparidade (intangíveis)	673
Figura n.º 5.102 – Unidade de observação	676
Figura n.º 5.103 – Ativos <i>corporate</i>	676
Figura n.º 5.104 – Ciclo de vida das propriedades de investimento	683
Figura n.º 5.105 – Ativos detidos para valorização ou para locação	684
Figura n.º 5.106 – Âmbito da NCRF 11.....	684
Figura n.º 5.107 – Outras NCRF relacionadas com edifícios e terrenos	685
Figura n.º 5.108 – Finalidade mista.....	687
Figura n.º 5.109 – Arrendamento e serviços de apoio	688
Figura n.º 5.110 – Mensuração das propriedades de investimento.....	691
Figura n.º 5.111 – Mensuração inicial	691
Figura n.º 5.112 – Propriedade de investimento construída	693
Figura n.º 5.113 – Troca de propriedades de investimento.....	696
Figura n.º 5.114 – Transferência de ativo fixo tangível para propriedades de investimento (ao custo)	697
Figura n.º 5.115 – Ajustamentos na transferência para propriedades de investimento ...	698
Figura n.º 5.116 – Transferência de inventários para propriedades de investimento (ao justo valor)	700
Figura n.º 5.117 – Variações no justo valor	702
Figura n.º 5.118 – Transferências de propriedades de investimento	706
Figura n.º 5.119 – Critérios de mensuração na transferência.....	706
Figura n.º 5.120 – Tipos de mercados	710
Figura n.º 5.121 – Ciclo de vida dos ativos financeiros.....	711
Figura n.º 5.122 – Enquadramento normativo	712
Figura n.º 5.123 – Instrumentos financeiros	713

Figura n.º 5.124 – Câmara de Compensação	717
Figura n.º 5.125 – Enquadramento normativo dos ativos financeiros	723
Figura n.º 5.126 – Participações em associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos	725
Figura n.º 5.127 – Contas associadas a instrumentos e investimentos financeiros.....	725
Figura n.º 5.128 – Empreendimentos conjuntos e outras participações	765
Figura n.º 5.129 – Modalidades de empreendimentos conjuntos.....	766
Figura n.º 5.130 – Opções contabilísticas para empreendimentos conjuntos	767
Figura n.º 5.131 – Procedimentos de consolidação	768
Figura n.º 5.132 – Quantia recuperável	775
Figura n.º 5.133 – Ativos não correntes detidos para venda (ciclo de vida)	780
Figura n.º 5.134 – Ativos (passivos) detidos para venda.....	780
Figura n.º 5.135 – Venda altamente provável (requisitos).....	782
Figura n.º 5.136 – Ativos não correntes existentes e adquiridos para venda.....	782
Figura n.º 5.137 – Extensão de prazo.....	782
Figura n.º 5.138 – Processo de decisão	784
Figura n.º 5.139 – Mensuração inicial dos ativos não correntes detidos para venda.....	785
Figura n.º 5.140 – Quantia escriturada <i>versus</i> justo valor	786
Figura n.º 5.141 – Aplicações e origem de fundos	798
Figura n.º 5.142 – Atividades de financiamento	799
Figura n.º 5.143 – Fontes de financiamento.....	800
Figura n.º 5.144 – Financiamento dos sócios/acionistas e retornos.....	803
Figura n.º 5.145 – Reservas	815
Figura n.º 5.146 – Deliberação da assembleia geral sobre os resultados do período	836
Figura n.º 5.147 – Adiantamentos por conta de lucros.....	838
Figura n.º 5.148 – Tipologia de subsídios	841
Figura n.º 5.149 – Reconhecimento dos subsídios.....	842
Figura n.º 5.150 – Subsídios à atividade agrícola.....	843
Figura n.º 5.151 – Fontes de financiamento alheio	848
Figura n.º 5.152 – Intervenientes num contrato de <i>leasing</i>	857
Figura n.º 5.153 – Contrato de <i>leasing</i> de terrenos e edifícios.....	861

Figura n.º 5.154 – Reconhecimento de contrato de <i>leasing</i>	861
Figura n.º 5.155 – <i>Sales lease-back</i>	866
Figura n.º 5.156 – Diferenças nas transações <i>lease-back</i>	866
Figura n.º 5.157 – <i>Factoring</i>	870
Figura n.º 5.158 – Modalidades de <i>factoring</i>	871
Figura n.º 6.1 – Apuramento e entrega da declaração do IVA	878
Figura n.º 6.2 – Apuramento do IVA	880
Figura n.º 6.3 – Movimentação das contas de IVA, na fase de apuramento	880
Figura n.º 6.4 – Sequência das operações de fim do período	891
Figura n.º 6.5 – Apuramento dos resultados	894
Figura n.º 6.6 – Apuramento dos resultados (contabilização)	895
Figura n.º 6.7 – Fases de apuramento do imposto	900
Figura n.º 6.8 – Imposto a pagar ou a recuperar	902
Figura n.º 6.9 – Operações associadas ao IRC	902
Figura n.º 6.10 – Processo de prestação de contas	909

ÍNDICE DE EXEMPLOS

Exemplo 1.1 – Capital social.....	47
Exemplo 1.2 – Classificação por dimensão.....	57
Exemplo 1.3 – Custo de produção	62
Exemplo 1.4 – Contabilidade orçamental	64
Exemplo 1.5 – Documentos	79
Exemplo 2.1 – Recursos humanos.....	85
Exemplo 2.2 – Equipamento	86
Exemplo 2.3 – Obrigação construtiva.....	88
Exemplo 2.4 – Aquisições a crédito.....	90
Exemplo 2.5 – Custo histórico (1).....	92
Exemplo 2.6 – Custo histórico (2).....	93
Exemplo 2.7 – Justo valor (1)	94
Exemplo 2.8 – Justo valor (2)	95
Exemplo 2.9 – Custo corrente	96
Exemplo 2.10 – Valor realizável.....	96
Exemplo 2.11 – Valor presente	97
Exemplo 2.12 – Capital próprio.....	99
Exemplo 2.13 – Classificação de elementos do património.....	115
Exemplo 2.14 – Mensuração inicial e subsequente (1).....	119
Exemplo 2.15 – Mensuração inicial e subsequente (2).....	120
Exemplo 2.16 – Mensuração inicial e subsequente (3).....	121
Exemplo 3.1 – Factos permutativos ou qualitativos (1)	127
Exemplo 3.2 – Factos permutativos ou qualitativos (2)	129
Exemplo 3.3 – Factos permutativos ou qualitativos (3)	130

Exemplo 3.4 – Rendimentos e gastos (1)	132
Exemplo 3.5 – Rendimentos e gastos (2)	132
Exemplo 3.6 – Rendimentos	133
Exemplo 3.7 – Gastos.....	133
Exemplo 3.8 – Rendimentos e gastos (3)	133
Exemplo 3.9 – Registo unigráfico	147
Exemplo 3.10 – Registo digráfico.....	148
Exemplo 3.11 – Operações empresariais	148
Exemplo 3.12 – Operações em capital próprio	155
Exemplo 3.13 – Operações com rendimentos e gastos.....	159
Exemplo 3.14 – Lançamento composto	161
Exemplo 4.1 – Referencial contabilístico (1)	174
Exemplo 4.2 – Referencial contabilístico (2)	175
Exemplo 4.3 – Referencial contabilístico (3)	178
Exemplo 4.4 – Número médio de trabalhadores.....	181
Exemplo 4.5 – Enquadramento contabilístico (1)	183
Exemplo 4.6 – Enquadramento contabilístico (2)	183
Exemplo 4.7 – Enquadramento contabilístico (3)	184
Exemplo 4.8 – Enquadramento contabilístico (4)	186
Exemplo 4.9 – Enquadramento contabilístico (5)	186
Exemplo 4.10 – Enquadramento contabilístico (6)	188
Exemplo 4.11 – Enquadramento contabilístico (7)	189
Exemplo 4.12 – Ativos correntes e não correntes	196
Exemplo 4.13 – Passivos correntes e não correntes.....	197
Exemplo 4.14 – Resultados por funções e naturezas	200
Exemplo 4.15 – Regime do acréscimo (1).....	210
Exemplo 4.16 – Regime do acréscimo (2).....	210
Exemplo 4.17 – Continuidade.....	212
Exemplo 4.18 – Comparabilidade (1)	215
Exemplo 4.19 – Comparabilidade (2)	215

INDICE DE CASOS

Ciclo de atividades operacionais

Caso A.1 – Elementos de caixa.....	232
Caso A.2 - Pagamento e recebimento.....	233
Caso A.3 – Diferenças de caixa	235
Caso A.4 – Diferenças de câmbio (1).....	236
Caso A.5 – Diferenças de câmbio (2).....	238
Caso A.6 – Diferenças cambiais (3)	239
Caso A.7 – Transferência entre caixas.....	241
Caso A.8 – Fundo fixo de caixa.....	243
Caso A.9 – Depósito à ordem	246
Caso A.10 - Diferenças cambiais	247
Caso A.11 – Reconciliação bancária.....	248
Caso B.1 - Taxa de juro efetiva.....	254
Caso B.2 – Rédito de uma troca	261
Caso B.3 – Liquidação do IVA	262
Caso B.4 – Vendas a pronto pagamento	267
Caso B.5 – Venda a crédito	267
Caso B.6 – Vendas com IVA incluído	269
Caso B.7 – Despesas por conta do vendedor	271
Caso B.8 – Despesas por conta do comprador	272
Caso B.9 – Serviço de transporte.....	272
Caso B.10 – Vendas intracomunitárias.....	273
Caso B.11 – Exportação e diferenças cambiais	274
Caso B.12 – Perda por imparidade – clientes	276

Caso B.13 – Reversão (1)	277
Caso B.14 – Reversão (2)	278
Caso B.15 – Crédito incobrável	279
Caso B.16 – Recuperação de crédito incobrável	280
Caso B.17 – Rébito na prestação de serviços	283
Caso B.18 - Prestação de serviços com IVA incluído	284
Caso B.19 – Rébito em função da fase de acabamento	285
Caso B.20 - Acréscimos de rendimentos	288
Caso B.21 – Diferimento de rendimentos	290
Caso C.1 – Fornecedores (1)	296
Caso C.2 – Fornecedores (2)	296
Caso C.3 – Custos de compra	299
Caso C.4 – Liquidação diferida	300
Caso C.5 – Compra de mercadorias (pronto pagamento)	302
Caso C.6 – Faturas em conferência	303
Caso C.7 – Aquisições em país comunitário	305
Caso C.8 – Aquisições em país fora da comunidade	306
Caso C.9 – Diferenças cambiais	307
Caso C.10 – Compra com importação	309
Caso C.11 – Fornecimentos externos (1)	311
Caso C.12 – Fornecimentos externos (2)	312
Caso C.13 – Fornecimentos externos (3)	313
Caso C.14 – Acréscimo de gastos	315
Caso C.15 – Gastos diferidos (1)	317
Caso C.16 – Gastos diferidos (2)	317
Caso C.17 – Fornecimentos externos – Material de escritório	318
Caso C.18 – Consumo do material de escritório	319
Caso C.19 – Retenção no pagamento de um serviço	321
Caso D.1 – Conta corrente	325
Caso D.2 – Diminuição do rébito e do custo da compra	326
Caso D.3 – IVA – regularizações	327

Caso D.4 – Devoluções e IVA – regularizações	328
Caso D.5 – Devoluções sem IVA – regularizações.....	329
Caso D.6 – Devoluções de materiais	330
Caso E.1 – Rédito da venda.....	335
Caso E.2 – Desconto comercial concedido	335
Caso E.3 – Desconto comercial concedido com e sem regularização do IVA.....	336
Caso E.4 – Desconto comercial concedido (prestação de serviços)	337
Caso E.5 – Desconto comercial (nota de crédito)	338
Caso E.6 – Desconto comercial e financeiro na fatura.....	340
Caso E.7 – Desconto na fatura – utilização da conta 31.8.....	341
Caso E.8 – Desconto na fatura – não utilizando a conta 31.8	342
Caso E.9 – Desconto com regularização do IVA	342
Caso E.10 – Desconto sem regularização do IVA	343
Caso E.11 – Descontos sucessivos	344
Caso E.12 – Desconto comercial e financeiro, com regularização do IVA	345
Caso E.13 – Desconto comercial e financeiro, sem regularização do IVA.....	346
Caso E.14 – Exemplos de descontos (1).....	347
Caso E.15 – Exemplos de descontos (2).....	349
Caso E.16 – Descontos pronto pagamento concedidos.....	350
Caso F.1 – Classificação de adiantamento	354
Caso F.2 – Adiantamento por conta de vendas (preço prefixado)	354
Caso F.3 – Reconhecimento de adiantamento recebido.....	354
Caso F.4 – Adiantamento sem preço prefixado	355
Caso F.5 – Venda e regularização do adiantamento	356
Caso F.6 – Adiantamento a fornecedores.....	357
Caso F.7 – Adiantamento a fornecedores – receção das mercadorias.....	357
Caso F.8 – Adiantamentos por conta de vendas (vendedor)	358
Caso F.9 – Adiantamento – expedição das mercadorias.....	359
Caso F.10 – Adiantamentos com preço fixado.....	360
Caso F.11 – Receção das mercadorias.....	361
Caso G.1 – Terminologia relativa a letras	365

Caso G.2 – Saque	366
Caso G.3 – Saque com juros incluídos	367
Caso G.4 – Reforma de letra	368
Caso G.5 – Desconto de letra.....	368
Caso G.6 – Endosso de letra.....	369
Caso G.7 – Recâmbio de letra	370
Caso G.8 – Aceite	371
Caso G.9 – Aceite com juros incluídos	372
Caso G.10 – Aceites com reforma.....	373
Caso H.1 – Compra e venda (inventário permanente).....	384
Caso H.2 – Compra e venda (inventário periódico)	387
Caso H.3 – Custo das vendas (inventário periódico)	388
Caso H.4 – Margem bruta.....	392
Caso H.5 – Custo de aquisição.....	394
Caso H.6 - Custo médio ponderado.....	398
Caso H.7 – FIFO (primeiro a entrar, primeiro a sair)	402
Caso H.8 – Método do retalho.....	407
Caso H.9 – Custo das vendas em sistema de inventário permanente	408
Caso H.10 – Custo das vendas em sistema de inventário intermitente.....	409
Caso H.11 – Transferência de inventário para ativo fixo tangível	413
Caso H.12 – Mercadorias à consignação	414
Caso H.13 – Quebras	415
Caso H.14 – Sobras	416
Caso H.15 - Ofertas a clientes	416
Caso H.16 – Ofertas de fornecedores.....	417
Caso H.17 – Beneficiação de mercadorias usadas	418
Caso H.18 – Autoconsumo.....	419
Caso H.19 – Perda por imparidade (1)	421
Caso H.20 – Perda por imparidade (2)	422
Caso H.21 – Reversão da perda por imparidade	423
Caso H.22 – Venda após reconhecimento da perda por imparidade.....	424

Caso H.23 – Inputs e outputs do processo produtivo.....	429
Caso H.24 – Custeio racional versus custeio total	437
Caso H.25 – Produção de vários produtos.....	438
Caso H.26 – Variação de inventários e sistemas de inventário.....	453
Caso H.27 – Imparidade em produtos acabados	457
Caso H.28 – Imparidade em matérias-primas e produtos acabados.....	457
Caso H.29 – Reversão da imparidade de produtos acabados.....	459
Caso I.1 – Obrigação legal.....	461
Caso I.2 – Obrigação contratual (1)	462
Caso I.3 – Obrigação contratual (2)	462
Caso I.4 – Obrigação construtiva.....	463
Caso I.5 – Provisão (1).....	464
Caso I.6 – Provisão (2).....	465
Caso I.7 – Provisão (3).....	466
Caso I.8 – Contabilização de provisão (1)	470
Caso I.9 – Contabilização de provisão (2)	471
Caso I.10 – Contabilização de provisão (3)	472
Caso I.11 – Utilização da provisão	473
Caso J.1 – Processamento de vencimentos.....	486
Caso J.2 – Seguro de acidentes de trabalho	489
Caso J.3 – Remuneração em espécie.....	490
Caso J.4 – Adiantamento ao pessoal.....	491
Caso J.5 – Encargos com férias.....	493
Caso J.6 – Participação nos resultados	497
Caso J.7 – Contribuições para o FCT e FGCT	498
Caso J.8 – Processamento de remunerações – cessação de contrato.....	503
Caso K.1 – Conceito de contrato de construção (1).....	509
Caso K.2 – Conceito de contrato de construção (2).....	509
Caso K.3 – Conceito de contrato de construção (3).....	509
Caso K.4 – Custo de um contrato de construção.....	511
Caso K.5 – Rédito de um contrato.....	512

Caso K.6 – Percentagem de acabamento	514
Caso K.7 – Rédito dos períodos	515
Caso K.8 – Gastos e réditos do contrato pelo método da percentagem de acabamento	516
Caso K.9 – Réditos do contrato pelo método da percentagem de acabamento	517
Caso K.10 – Método da percentagem de acabamento (revisão da estimativa dos gastos)	518
Caso K.11 – Gastos e réditos em cada período do contrato pelo método do lucro nulo	519
Caso K.12 – Gastos e réditos do contrato pelo método do lucro nulo	520
Caso K.13 – Contrato de construção – acréscimo de rendimentos	521
Caso K.14 – Contrato de construção – diferimento de rendimentos	523
Caso K.15 – Contabilização de contrato de construção (método do lucro nulo)	525
Caso K.16 – Contrato de construção – contrato oneroso	527
Caso L.1 – Conceito de atividade agrícola (1)	531
Caso L.2 – Conceito de atividade agrícola (2)	532
Caso L.3 – Conceito de atividade agrícola (3)	532
Caso L.4 – Conceito de atividade agrícola (4)	532
Caso L.5 – Conceito de atividade agrícola (5)	532
Caso L.6 – Conceito de atividade agrícola (6)	533
Caso L.7 – Conceito de atividade agrícola (7)	533
Caso L.8 – Custos de compra de ativos biológicos (justo valor)	540
Caso L.9 – Custos de compra de ativos biológicos (custo)	541
Caso L.10 – Venda de ativos biológicos	542

Ciclo de atividades de investimento

Caso A.1 – Classificação de ativos fixos tangíveis	547
Caso A.2 – Custo inicial	550
Caso A.3 – Custos subsequentes	552
Caso A.4 – Custo de aquisição de ativos separados	554
Caso A.5 – Custo de aquisição de uma viatura ligeira de passageiros	554
Caso A.6 – Custo de aquisição de um equipamento de segurança	555
Caso A.7 – Custo de aquisição de um equipamento biológico	556
Caso A.8 – Aquisição de bens com desconto comercial	556

Caso A.9 – Aquisição de bens com desconto financeiro	558
Caso A.10 – Ativo que se qualifica.....	560
Caso A.11 – Aquisição com aceite de letra.....	560
Caso A.12 – Pagamento diferido para além das condições normais de crédito	561
Caso A.13 – Capitalização do custo dos empréstimos	563
Caso A.14 – Capitalização do custo dos empréstimos e rendimento de juros	564
Caso A.15 – Aquisição por oferta	565
Caso A.16 – Aquisição por troca (1)	567
Caso A.17 – Aquisição por troca (2)	568
Caso A.18 – Aquisição por troca (3)	569
Caso A.19 – Aquisição por troca (4)	570
Caso A.20 – Aquisição por troca (5)	572
Caso A.21 – Reclassificação de inventários para edifício de uso próprio	573
Caso A.22 – Adiantamento com preço prefixado	574
Caso A.23 – Adiantamento sem preço fixado	576
Caso A.24 – Aquisição de bens com valores imateriais.....	579
Caso A.25 – Substituição de ativos imateriais	580
Caso A.26 – Custos de restauração e desmantelamento (1).....	581
Caso A.27 – Custos de restauração e desmantelamento (2).....	582
Caso A.28 – Custo de aquisição de ativos conjuntos.....	584
Caso A.29 – Aquisição de ativos e passivos.....	584
Caso A.30 – Grande reparação e dispêndios de manutenção	585
Caso A.31 – Custos com revisões/reparações	586
Caso A.32 – Sobressalentes e equipamento de reserva	588
Caso A.33 – Equipamento industrial e equipamento de reserva.....	589
Caso A.34 – Reconhecimento por componentes	590
Caso A.35 – Ativo fixo tangível construído pela própria entidade (1).....	593
Caso A.36 – Ativo fixo tangível construído pela própria entidade (2).....	595
Caso A.37 – Alteração da vida útil.....	599
Caso A.38 – Quantia escriturada (ativo líquido de depreciações)	600
Caso A.39 – Depreciação de ativo com valor residual	602

Caso A.40 – Depreciação de um edifício (componente terreno).....	603
Caso A.41 – Método da linha reta – base anual.....	604
Caso A.42 – Método da linha reta, valor residual e base anual	605
Caso A.43 – Método da linha reta – base duodecimal.....	606
Caso A.44 – Alteração da vida útil.....	611
Caso A.45 – Quantia escriturada (ativo líquido de imparidade).....	616
Caso A.46 – Perda por imparidade (1)	618
Caso A.47 – Perda por imparidade (2)	618
Caso A.48 – Perda por imparidade (3)	620
Caso A.49 – Reversão de perda por imparidade.....	621
Caso A.50 – Depreciações e imparidade	622
Caso A.51 – Revalorização – reexpressão proporcional.....	629
Caso A.52 – Revalorização – eliminação das depreciações.....	630
Caso A.53 – Revalorização e imparidades.....	631
Caso A.54 – Venda de equipamento com ganho.....	634
Caso A.55 – Venda de equipamento com perda.....	635
Caso A.56 – Entrega como retoma	636
Caso A.57 – Sinistro com indemnização.....	637
Caso A.58 – Sinistro com perda de imparidade e valor de sucata	638
Caso A.59 – Abate por fim de vida útil.....	639
Caso B.1 – Aquisição de software associado a equipamentos.....	645
Caso B.2 – Aquisição de uma patente comercial.....	647
Caso B.3 – Licenças de emissão de CO ₂ (1).....	650
Caso B.4 – Licenças de emissão de CO ₂ (2).....	651
Caso B.5 – Licenças de emissão de CO ₂ (3).....	651
Caso B.6 – Licenças de emissão de CO ₂ (4).....	652
Caso B.7 – Custo de aquisição de ativos conjuntos.....	654
Caso B.8 – Custo de aquisição de ativos conjuntos com goodwill.....	656
Caso B.9 – Custo de aquisição de ativos conjuntos com goodwill negativo	657
Caso B.10 – Fases de pesquisa e desenvolvimento.....	661
Caso B.11 – Amortização com base no método da linha reta.....	666

Caso B.12 – Amortização com base no método das unidades de produção	667
Caso B.13 – Perda por imparidade	673
Caso B.14 – Reversão da perda por imparidade	674
Caso B.15 – Perda por imparidade (goodwill) (1).....	677
Caso B.16 – Perda por imparidade (goodwill) (2).....	678
Caso B.17 – Reversão da perda por imparidade	679
Caso B.18 – Alienação de direitos de emissão	681
Caso C.1 – Enquadramento normativo de edifícios e terrenos.....	685
Caso C.2 – Finalidade mista com frações não constituídas em propriedade horizontal.....	687
Caso C.3 – Finalidade mista com frações constituídas em propriedade horizontal	687
Caso C.4 – Classificação (1).....	688
Caso C.5 – Classificação (2).....	690
Caso C.6 – Classificação (3).....	690
Caso C.7 – Propriedade de investimento adquirida	691
Caso C.8 – Transferência de propriedade em construção para propriedades de investimento	693
Caso C.9 – Ampliação de uma propriedade de investimento existente	695
Caso C.10 – Transferência de ativo fixo tangível para propriedades de investimento (1).....	698
Caso C.11 – Transferência de ativo fixo tangível para propriedades de investimento (2).....	699
Caso C.12 – Transferência de inventários para propriedades de investimento	700
Caso C.13 – Ganhos e perdas por variações do justo valor.....	703
Caso C.14 – Rendas e despesas de condomínio	704
Caso C.15 – Alienação de propriedade de investimento	705
Caso C.16 – Transferência para inventário	707
Caso C.17 – Transferência para ativos fixos tangíveis.....	707
Caso D.1 – Instrumentos financeiros	718
Caso D.2 – Classificação de uma aquisição de ações	726
Caso D.3 – Mensuração de ativos financeiros ao custo e ao justo valor.....	729
Caso D.4 – Juros de empréstimo (taxa de juro inferior à taxa de mercado)	730
Caso D.5 – Juros de empréstimo concedido ao custo e ao custo amortizado (sem juro explícito).....	732
Caso D.6 – Cobertura da taxa de juro fixa de um financiamento bancário	734

Caso D.7 – Cobertura da taxa de juro variável de um financiamento bancário.....	738
Caso D.8 – Instrumento detido para negociação.....	742
Caso D.9 – Outros ativos ao justo valor – compra, venda e dividendos.....	744
Caso D.10 – Outros ativos ao justo valor – Ajustamentos justo valor.....	746
Caso D.11 - Investimento em associada (com goodwill)	751
Caso D.12 – Investimento em associada (com goodwill negativo).....	752
Caso D.13 – Resultados líquidos positivos da participada.....	753
Caso D.14 – Atribuição de dividendos.....	754
Caso D.15 – Resultados negativos (1).....	756
Caso D.16 – Resultados negativos (2).....	757
Caso D.17 – Revalorização de ativos.....	758
Caso D.18 – Cobertura de prejuízos	759
Caso D.19 – Transição de métodos	760
Caso D.20 – Mensuração de ativos financeiros ao custo e ao justo valor.....	761
Caso D.21 – Investimento financeiro detido até à maturidade	763
Caso D.22 – Consolidação proporcional	769
Caso D.23 – Empréstimo concedido (taxa de juro inferior à taxa de mercado)	770
Caso D.24 – Empréstimo concedido ao custo e ao custo amortizado (sem juro explícito)	772
Caso D.25 – Perda por imparidade	776
Caso D.26 – Perda e reversão de imparidade (MEP)	776
Caso E.1 – Reclassificação de ativo (1)	787
Caso E.2 – Reclassificação de ativo (2)	788
Caso E.3 – Reclassificação de ativo com passivo associado	789
Caso E.4 – Ativo não corrente em imparidade	789
Caso E.5 – Valor presente das despesas de venda.....	790
Caso E.6 – Atualização das despesas de venda.....	792
Caso E.7 – Alteração do plano de venda.....	795

Atividades de financiamento

Caso A.1 – Subscrição e realização integral de capital.....	807
Caso A.2 – Subscrição e realização integral de capital com prémio de emissão	808

Caso A.3 – Subscrição e realização com mora	809
Caso A.4 – Realização de capital com bens.....	811
Caso A.5 – Reserva legal	816
Caso A.6 – Reservas utilizáveis e aumento de capital	818
Caso A.7 – Aumento de capital.....	820
Caso A.8 – Aumento de capital com entradas em dinheiro	821
Caso A.9 – Aumento de capital com entrada de credor.....	822
Caso A.10 – Redução de capital social – cobertura de prejuízos	825
Caso A.11 – Redução de capital social – reembolso do capital	825
Caso A.12 – Prestações suplementares	827
Caso A.13 – Montante máximo de aquisição de quotas/ações próprias.....	829
Caso A.14 – Aquisição e venda de quotas/ações próprias.....	830
Caso A.15 – Aplicação dos resultados	836
Caso A.16 – Adiantamento por conta de lucros (sociedade anónima)	838
Caso A.17 – Adiantamento por conta de lucros (sociedade por quotas).....	839
Caso A.18 – Subsídio ao investimento	843
Caso A.19 – Subsídio à exploração.....	845
Caso B.1 – Empréstimo bancário (curto prazo)	850
Caso B.2 – Empréstimo bancário (médio ou longo prazo) (1)	851
Caso B.3 – Empréstimo bancário (médio ou longo prazo) (2)	853
Caso B.4 – Descoberto bancário	854
Caso B.5 – Suprimentos e prestações suplementares.....	856
Caso B.6 – Classificação de locação	860
Caso B.7 – Locação operacional (1).....	862
Caso B.8 – Locação operacional (2).....	862
Caso B.9 – Locação financeira (locatário).....	863
Caso B.10 – Sales lease-back financeiro	866
Caso B.11 – Emissão obrigacionista ao par	869
Caso B.12 – Factoring com recurso (ou com direito de regresso)	871
Caso B.13 – Factoring sem recurso (ou sem direito de regresso).....	873

Operações periódicas de apuramento

Caso A.1 – Apuramento do IVA	881
Caso A.2 – Pedido de reembolso do IVA.....	883
Caso A.3 – Liquidação oficiosa	884
Caso A.4 – Pagamento da liquidação oficiosa	885
Caso A.5 – Pagamento da liquidação oficiosa e envio da declaração (1)	886
Caso A.6 – Pagamento da liquidação oficiosa e envio da declaração (2)	887
Caso A.7 – Pagamento da liquidação oficiosa e sem direito a compensação	888
Caso B.1 – Apuramento dos resultados.....	896
Caso C.1 – Apuramento do IRC.....	903

SIGLAS E ABREVIATURAS

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CC	Contas Consolidadas
CI	Contas Individuais
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas
CIRS	Código do Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
CLC	Certificação Legal de Contas
CMC	Custo das matérias consumidas
CMP	Custo médio ponderado
CMV	Custo das mercadorias vendidas
CMVMC	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
CP	Capital Próprio
CSC	Código das Sociedades Comerciais
EIRL	Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada
EM	Empresa Municipal
FCT	Fundo de Compensação do Trabalho
FGCT	Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho
FIFO	First in first out (primeiro a entrar, primeiro a sair)
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
IAS	International Accounting Standard
IASB	International Accounting Standard Board
IASC	International Accounting Standards Committee
IES	Informação Empresarial Simplificada
IFRIC	International Financial Reporting Interpretations Committee

IFRS	International Financial Reporting Standards
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRC	Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
ME	Microentidades
MEP	Método de Equivalência Patrimonial
NCM	Normalização Contabilística para as Microentidades
NC-ME	Norma Contabilística para as Microentidades
NCRF	Norma Contabilística e de Relato Financeiro
NCRF-ESNL	Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo
NCRF-PE	Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades
NIC	Normas Internacionais de Contabilidade
NIRF	Norma Internacional de Relato Financeiro
PIB	Produto Interno Bruto
POCP	Plano Oficial da Contabilidade Pública
RGIT	Regime das Infrações Tributárias
ROC	Revisor Oficial de Contas
S_0	Saldo nulo
S_c	Saldo credor
S_d	Saldo devedor
S_f	Saldo final
S_i	Saldo inicial
SIC	Standing Interpretations Committee
SIMA	Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas
SIVA	Serviço do Imposto sobre o Valor Acrescentado
SNC	Sistema Normalização Contabilística
TIR	Taxa Interna de Rendibilidade
TSU	Taxa Social Única
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto

APRESENTAÇÃO

Escrever um livro é, no meu ponto de vista, criar uma comunicação entre quem escreve e quem lê, onde o autor ou autores expressam através da escrita os seus pontos de vista sobre as temáticas abordadas e quem lê vai entrando no universo descrito de forma a não só compreendê-lo, mas também vivê-lo.

É uma espécie de visita guiada em que nos deixamos conduzir pelos autores e com eles iniciamos uma viagem em que nos confundimos entre visitantes e visitados, passando a fazer parte do universo que nos é descrito.

Embora os autores nos informem logo no início do livro sobre os seus objetivos e do próprio livro, a verdade é que abordam o contabilidade, não num contexto isolado, mas antes no enquadramento da complexidade e dinâmica da vida das empresas, compartimentando-a de tal forma que nos sentimos invadidos não só pela intuição como pelas questões nos são colocadas, mas particularmente porque nos transporta ao seu interior, iniciando com o leitor uma espécie de viagem pelas empresas e pelo papel que nelas desempenha a contabilidade.

Uma viagem em que nos sentimos envolver pelas questões, na sua construção e explicação, na sua razão de ser, do rigor dos seus termos e da imprescindibilidade da contabilidade para a sobrevivência das empresas.

A forma de comunicar, a maneira como se comunica, envolve-nos de tal forma que nos sentimos parte integrante do que lemos, deixando-nos conduzir pela riqueza dos conteúdos e opções fundamentadas, encontrando novos conhecimentos e novas formas de visionar realidades, sentindo vontade de as conhecer em maior profundidade.

Nessa viagem pelo interior das empresas, os autores não nos falam exclusivamente de contabilidade, mas das realidades concretas vividas nas empresas, da necessidade de a contabilidade as relevar e da forma mais adequada para essa relevação, entendida esta nos múltiplos contextos em que ela tem que se situar, quer de ordem legal, quer de ordem prática, apontando as soluções mais razoáveis quanto aos comportamentos, para obtenção dos fins pretendidos.

A linguagem utilizada, em minha opinião, é um fator muito importante para a imagem que se cria dos factos transmitidos, o que facilita a compreensibilidade de questões que, se transmitidas fora desse contexto, pela sua tecnicidade, são mais difíceis de apreender nos primeiros contactos, daí, em minha opinião, a vocação nata da presente obra para o estudo da contabilidade.

A segurança do conhecimento é um elemento demasiado importante para a sustentabilidade das empresas, aos mais diversos níveis de aplicação do termo, realidade que nem sempre é apreendida pelos seus originários utilizadores.

E, nesse contexto, na divulgação e compreensão da importância da contabilidade nas empresas, o presente livro interessa também e com particular ênfase a todos os que com elas lidam no seu dia a dia.

O universo das questões abrangidas confere ao presente livro uma característica não muito usual nos manuais da contabilidade, o que o singulariza dos restantes, atento o grande esforço de integração que é feito de enquadrar a contabilidade especificamente nas empresas.

Claro que isso só foi possível a partir de um grande esforço por parte dos seus autores, revelando um conhecimento estruturado nas temáticas empresariais e legislação que regula a atividade das empresas, que é digno de realçar.

Por isso, um merecido bem-hajam pelo esforço despendido, na certeza que ele será recompensado pelo conhecimento que irá propiciar a todos os que lerem este livro.

A abordagem da contabilidade pública, a evidência da sua fundamentação e diferenciação da contabilidade empresarial, atenta a oportunidade do tema, revela-se de grande importância para a criação do hábito para se falar deste tipo de contabilidade, das vantagens que a sua implementação pode aportar para uma melhor gestão da causa pública o que é, também, um dos pormenores a evidenciar na presente obra.

O recurso à participação dos leitores, feito através dos permanentes questionários colocados às inúmeras aplicações apresentadas, constitui, no meu ponto de vista, um ponto fulcral para a descoberta e manutenção do interesse nos temas abordados, o que muito enriquece o valor da presente obra, tendo por base a consciência de que o saber é uma meta permanentemente desejada, mas inatingível na sua dimensão plena.

Como bastonário da instituição que regula e disciplina em Portugal o exercício da profissão dos Técnicos Oficiais de Contas, nos termos da lei, os que podem executar as contabilidades, considero o presente livro uma importante ferramenta para o enriquecimento e consolidação do conhecimento sobre a contabilidade e para uma mais consolidada consciência do seu rigor, desenvolvimento e capacidade para dar resposta às necessidades das empresas.

Por isso um bem-hajam aos seus autores.

Lisboa, 11 de dezembro de 2014

A. Domingues Azevedo

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Especialista *honoris causa* em Contabilidade
pelo Instituto Politécnico de Lisboa

PREFÁCIO

Pode parecer estranho aos especialistas que, sendo eu da área das Artes e Humanidades, tenha aceitado este honroso convite dos autores, meus colegas da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, para escrever uma nota breve sobre o manual de contabilidade financeira por eles elaborado.

De facto, sobre a matéria a que este livro didático se dedica nada sei, a não ser os rudimentos que fui aprendendo no exercício de cargos de gestão na universidade em que sou docente há mais de 23 anos. Por isso, não posso pronunciar-me sobre o seu conteúdo.

No entanto, compreendo perfeitamente a enorme utilidade que pode ter um manual redigido por professores que conjugam a sua experiência pedagógica aos saberes técnico-científicos relacionados com uma matéria extremamente complexa, sobretudo se tivermos em conta que vivemos num tempo em que se exige ao profissional desta área um conhecimento muito sólido da legislação em vigor (e das suas sucessivas alterações, num ritmo frequentemente demasiado veloz), um domínio técnico rigoroso dos meandros mais intrincados da sua atividade e tudo isso conjugado com uma forte orientação ética, como decorre obrigatoriamente de todas as atividades profissionais relacionadas com a área financeira.

Os autores optaram por uma metodologia de abordagem das matérias que articula as questões teóricas e técnicas com exercícios (resolvidos), dando, assim, ao livro um pendor teórico-prático consonante com a sua intenção pedagógica primordial. Ao fazê-lo, dirigem-se tanto a estudantes quanto a professores, proporcionando a ambos um conjunto de ferramentas especificamente pensadas para as atividades de ensino e aprendizagem, mas também a todos aqueles que, já exercendo a profissão, queiram atualizar saberes, podendo testar o conhecimento adquirido através da resolução dos exercícios propostos.

Trata-se, por isso, de um bom exemplo a ser seguido por outros docentes universitários e que, para além do que ficou dito, também contribui, através de um trabalho de grande fôlego em que qualquer leigo na matéria reconhece esmero e dedicação, para uma maior autonomização do trabalho do estudante, objetivo em tudo concordante com o modelo de aprendizagem previsto na Declaração de Bolonha a que Portugal aderiu e em que, pelo menos desde 2010, assenta a conceção que preside à estruturação dos planos de estudos, dos métodos de ensino e de avaliação dos cursos das universidades portuguesas.

Tudo o que acabei de dizer, associado ao facto de, neste momento, exercer o cargo de reitor da Universidade do Algarve, explica a ousadia que me levou a aceitar o convite

mentionado no início: para sublinhar através deste gesto que, sempre que um trabalho desta natureza nasce no interior da Academia, ainda mais evidente se torna como, apesar das muitas dificuldades por que temos vindo a passar, não podemos desistir de corresponder à enorme variedade de funções que a sociedade nos atribui.

António Branco

Reitor da Universidade do Algarve

INTRODUÇÃO

O presente livro faz uma abordagem ampla da contabilidade financeira, incluindo os conceitos fundamentais, a técnica contabilística e a aplicação do quadro normativo contabilístico nacional.

Tem como destinatários os estudantes, os profissionais e todos aqueles que utilizam a informação contabilística na sua atividade. Adota uma abordagem pedagógica, concretizada numa linguagem acessível, com um conteúdo abrangente e aprofundado, apoiado em inúmeros esquemas, quadros, exemplos e casos práticos.

Tem subjacente uma dupla finalidade: constituir-se como manual para os estudantes no seu processo de aprendizagem e instrumento de apoio e consulta para os profissionais e restantes interessados.

O livro foca-se na contabilidade financeira e está estruturado em 6 capítulos. No 1.º apresenta o enquadramento das entidades segundo diversos critérios de classificação e a importância da contabilidade como instrumento de registo, previsão e controlo para gestão das entidades. Nos 2.º e 3.º capítulos define o conceito de património e as suas modificações, introduzindo os conceitos fundamentais de contabilidade e da técnica contabilística. O 4.º capítulo expõe os principais aspetos da normalização contabilística e as suas implicações na preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

O capítulo 5.º desenvolve os critérios de reconhecimento e mensuração das operações empresariais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, estruturadas segundo os ciclos de atividades operacional, de investimento e de financiamento. Por último, o 6.º capítulo explica as operações periódicas de apuramento, designadamente o apuramento do IVA, dos resultados e do imposto sobre o rendimento das entidades.

Os autores acreditam que o livro, pela abordagem dos temas e conteúdos apresentados, constitui um bom manual de apoio à aprendizagem e aplicação da contabilidade.

CAPÍTULO 1

ATIVIDADE EMPRESARIAL

Temas		• Classificação das entidades • Sistema de informação contábilística
Objetivo	Apresentar os conceitos	• Critérios de classificação das entidades • Subsistemas de informação contábilística • Documentos contábilísticos • Despesa e receita • Pagamento e recebimento
Metodologia	Explicação dos conceitos com recurso a exemplos e exercícios de consolidação	
Resultados da aprendizagem		• Compreender e aplicar os conceitos apresentados • Distinguir os principais sistemas contábilísticos • Identificar os principais documentos de suporte das operações

1.1 INTRODUÇÃO

Individualmente, não é possível atingir-se determinados fins, sendo nestes casos necessário um grupo de pessoas para a sua concretização. Por exemplo, é exequível para uma pessoa cuidar de uma pequena horta, mas a exploração de uma herdade com muitos hectares de culturas necessitará de mais pessoas para semear, regar e colher a produção. As pessoas organizam-se tendo em vista a comunhão de esforços para atingir um determinado propósito.

A concretização de muitos dos objetivos empresariais obriga à articulação de um conjunto de fatores de produção – equipamentos, tecnologia, mão de obra, matérias-primas e materiais diversos – destinados à **produção, venda de mercadorias** ou à **prestação de serviços**, cuja atividade é orientada para a obtenção de um resultado.

Neste contexto, as pessoas, individual ou coletivamente, organizam-se atendendo ao propósito que pretendem alcançar. Desta dinâmica resulta um conjunto bastante heterogéneo de organizações (entidades) que apresentam como fator comum a obtenção de um determinado resultado.

1.2 CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DAS ENTIDADES

1.2.1 PROPRIEDADE

Da multiplicidade de formas sob as quais as pessoas se podem organizar decorre, consequentemente, uma heterogeneidade de entidades, que podem ser classificadas atendendo a determinados critérios, como por exemplo a dimensão (pequena, média ou grande), a atividade desenvolvida (agricultura, comércio, serviços, etc.).

Uma das classificações clássicas atende à propriedade e finalidade. Podemos distinguir, quanto à propriedade, dois setores: público e privado. Quanto à finalidade, podemos relevar a distinção entre a motivação de obtenção de lucro ou não:

- **Público:**
 - Administrativo
 - Empresarial
- **Privado:**
 - Empresarial
 - Sem fins lucrativos

O conceito de capital social está associado às entidades cuja forma jurídica corresponde a uma das tipologias previstas para as sociedades comerciais e cooperativas (figura 1.3). Este capital está dividido em frações, que nas sociedades por quotas se denomina por quota e nas anónimas por ações. Assim, pode-se definir o capital social como a quantia de valor expressa

em euros que corresponde à soma de todas as participações de capital dos sócios/acionistas¹.

Muito resumidamente, aquando da constituição de uma sociedade, cada um dos promotores (ou seja, aquele ou aqueles que tiveram a ideia inicial e nesse sentido desenvolveram os procedimentos impostos pela legislação) define a quantia com que se dispõe a entrar para a sociedade, tornando-se dessa forma investidor (sócio/acionista). Cada sócio/acionista fica detentor de uma percentagem do capital social, que posteriormente poderá transacionar, transmitindo a sua posição na sociedade.

O Código das Sociedades Comerciais (CSC), e outra legislação conexa, define um conjunto de requisitos quanto ao capital social, nomeadamente o valor mínimo, prazos de realização, formas de entradas, entre outros aspetos.

As sociedades em que o Estado detém a totalidade do capital são de titularidade pública, sendo de titularidade privada quando são os privados a deter essa totalidade.

Nas situações em que coexistem partes de capital de privados e do Estado são consideradas sociedades de capital misto, sendo o controlo público ou privado consoante os direitos associados a essa titularidade. O controlo pode ser obtido por via dos direitos de voto garantidos pela maioria do capital social, por direitos especiais consagrados nos estatutos das entidades ou em legislação específica.

Exemplo 1.1 – Capital social

A Câmara Municipal de Algueiras e a sociedade ABC, Lda. constituíram uma empresa municipal (EM), denominada Águas e Saneamento, EM. O Município propõe-se efetuar a sua entrada de capital com 60 000 € em dinheiro e bens e a sociedade ABC, Lda. irá entrar com 40 000 € em dinheiro.

QUESTÃO:

1. Qual o capital social da sociedade Águas e Saneamento?
2. Qual a percentagem de capital de cada um dos detentores de capital?
3. De quem é a titularidade?

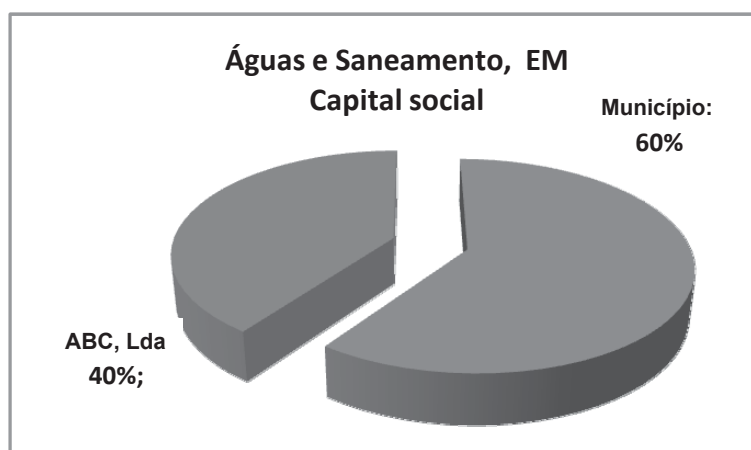
RESPOSTA:

1. Capital social = 60 000 + 40 000 = 100 000 €

$$2. \% \text{ do Município} = \frac{60.000}{100.000} \times 100\% = 60\%$$

$$\% \text{ da ABC, Lda.} = \frac{40.000}{100.000} \times 100\% = 40\%$$

1 - Nas sociedades por quotas são denominados por sócios e nas sociedades anónimas por acionistas. Também existem diferenças quanto à denominação destas empresas. Enquanto as sociedades por quotas incluem a designação de Lda., as sociedades anónimas incluem no seu nome a designação de S.A.



3. Dada a composição do capital social, pode-se classificar como sociedade de capitais mistos. No entanto, o controlo pertence ao Município, que detém a maioria do capital social, logo a maioria dos direitos de voto.

1.2.1.1 SETOR PÚBLICO

O setor público (quadro 1.1), por vezes referido como Estado, inclui todas as entidades controladas pelo poder político, incluindo não só o setor público administrativo como a totalidade do setor empresarial de capitais total ou maioritariamente públicos.

O Estado garante a gestão do território nacional, a defesa e segurança dos cidadãos, assim como outros serviços de natureza social como a saúde e a educação. O financiamento destas atividades é garantido pelos impostos, taxas e outras fontes de receita cobrados aos cidadãos contribuintes, às empresas e a outras entidades, de acordo com regras definidas em legislação própria. Em cada ano o Governo elabora o Orçamento Geral do Estado, onde estabelece as regras e previsões das receitas e despesas. Estas previsões são enquadradas em documentos plurianuais que espelham as expectativas de desenvolvimento macroeconómico e as opções estratégicas dos governos.

Fazem parte do setor público os organismos da administração central (exemplo: os Ministérios), regional (Madeira e Açores), local (Municípios e Freguesias), a segurança social e o setor público empresarial. Este setor público empresarial integra as empresas públicas, as empresas municipais e as sociedades anónimas de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos.

No essencial, aquilo que distingue as entidades do setor público administrativo do setor empresarial do Estado é que as segundas submetem-se a uma lógica de mercado, enquanto as primeiras não.

O setor empresarial do Estado é constituído pelo conjunto das unidades produtivas do Estado, organizadas e geridas de forma empresarial, integrando as empresas públicas e as empresas participadas.

- **Empresas públicas** – empresas em que o Estado ou outras entidades públicas têm o poder de exercer, direta ou indiretamente, uma influência dominante. Esta influência

Contabilidade Financeira

Explicada

O presente livro destina-se a estudantes, profissionais e outros interessados pela contabilidade. A sua elaboração tem a génese na experiência adquirida pelos autores quer na sua atividade de consultadoria empresarial quer no âmbito da sua atividade de formação e ensino.

Trata de forma rigorosa os conceitos relevantes para a contabilidade, assim como o enquadramento normativo das operações e outros acontecimentos na esfera empresarial. Apresenta-se com uma linguagem acessível, acompanhada de figuras, quadros e exemplos, de forma a tornar mais compreensíveis os diferentes temas.

O livro apresenta uma abordagem ampla da contabilidade financeira e está estruturado em 6 capítulos: (1) enquadramento das entidades e importância da contabilidade; (2 e 3) património, suas modificações, conceitos fundamentais de contabilidade e da técnica contabilística; (4) normalização contabilística; (5) reconhecimento e mensuração das operações empresariais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro; (6) operações periódicas de apuramento, designadamente o apuramento do IVA, dos resultados e do imposto sobre o rendimento das entidades.

Os autores acreditam que o livro, pela abordagem dos temas e conteúdos apresentados, constitui um bom manual de apoio à aprendizagem e aplicação da contabilidade.